



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1  
2 **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
3 **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**  
4

5 **Data:** 24 de janeiro de 2017

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos 24 dias de janeiro de dois mil e dezessete, às 14 horas, no anfiteatro da Reitoria, realizou-se a  
12 27ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis – CoACE da Pró-  
13 Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE, presidida pelo Pró-Reitor Prof. Dr.  
14 Leonardo Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Francly Mary Alves Back. O  
15 presidente iniciou a reunião saudando a todos os presentes e iniciou a reunião com os informes da  
16 presidência relatando as mudanças de chefia do Departamento de Esportes (DeEsp) e do  
17 Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis de Araras (DeACE-Ar), agora sob a chefia do  
18 Sr. Alesandro Anselmo Pereira e da Sra. Sônia Regina Eliseu, respectivamente. Em seguida, o  
19 presidente empossou o Prof. Dr. Fabrício do Nascimento e o Prof. Dr. Márcio Fernando Gomes  
20 como membros efetivos e a Profa. Dra. Juliana Rezende Torres e a Profa. Dra. Maria Helena Mattos  
21 Barbosa dos Santos como membros suplentes do CoACE, indicados pelo Conselho de Centro, do  
22 Centro de Ciências Humanas e Biológicas de Sorocaba. O informe seguinte referente ao  
23 mapeamento de processos de trabalho do RU foi apresentado pela Diretora da Divisão de Nutrição e  
24 Alimentação (DiNA), Sra. Tatiana, que informou que o trabalho está sendo inicialmente voltado aos  
25 processos de controle de acesso do RU, sendo realizado o levantamento das categorias e que centro  
26 é responsável por cada categoria, para com isso subsidiar um estudo de fomento ao RU. Foi  
27 informado então pelo presidente a disponibilização de porteiro para porta de emergência no RU nos  
28 horários das refeições. Prof. Leonardo relatou o recebimento de vários Boletins Internos de  
29 Ocorrência de que a porta de emergência, com abertura interna, estava sendo aberta e levando  
30 pessoas para dentro do restaurante de maneira indevida. Portanto, foi solicitada à Prefeitura  
31 Universitária um porteiro para ficar no local, visto que uma porta de emergência tem que ter livre  
32 acesso a qualquer momento e ao mesmo tempo é necessário ter um controle mínimo de tal entrada.  
33 Prof. Leonardo reforçou, como já citado pela Sra. Tatiana, que estão sendo realizados trabalhos para  
34 melhorar o controle de acesso do RU, lembrando que o dinheiro arrecadado pelo RU vem no ano  
35 seguinte como um recurso que possivelmente pode ser usado em melhorias no próprio RU, assim  
36 como na construção de outros RUs em todos os campi. Já com relação à dificuldade de aquisição de  
37 gêneros alimentícios para o RU o Prof. Leonardo lembrou a dificuldade de tal realização, e o  
38 pedido junto à Comissão de Moradia de colocar como um ponto de pauta em próxima reunião com  
39 eles, devido à complexidade. A Sra. Tatiana, então, discorreu sobre o grande problema de  
40 abastecimento do RU, informando que as requisições foram enviadas nos prazos corretos, entre

41 agosto e outubro, porém, por diversos motivos na ProAd, como mudança de gestão e greve no  
42 segundo semestre, as requisições não foram processadas, portanto o cardápio trabalhado está mais  
43 simples e a expectativa é de que em duas semanas seja possível regularizar a situação. A Sra.  
44 Tatiana relatou a falta de itens básicos, como óleo, sal e arroz. O último item foi comprado por  
45 “carona” em ata de registro de preço, o que demonstra a dificuldade encontrada neste final de ano.  
46 Prof. Leonardo retomou a palavra informando que o RU de São Carlos vem passando por uma  
47 reforma demorada. A gestão assumiu e tomou ciência das etapas realizadas até o momento e foi  
48 entregue menos de cinquenta por cento da reforma, com pontos críticos, como a câmara fria. Estão  
49 sendo empreendidos diversos esforços junto à Prefeitura Universitária e a Pró-Reitoria de  
50 Administração, para tentar garantir um andamento devido da obra. Foi informado que já foi dado  
51 um prazo em reunião com a construtora para a entrega da câmara fria, prevista para março, já que é  
52 um dos maiores pontos de vulnerabilidade. O informe 1.1.7 falava sobre o parecer da Procuradoria  
53 Federal (PF) sobre o Edital de vagas na UAC em 2017. Quando esta gestão assumiu, o processo das  
54 vagas não estava totalmente claro, por isso foi feita uma consulta à PF, levando todo o histórico da  
55 UAC, a questão do atendimento, a questão da universalização, e pedindo instruções para a abertura  
56 de edital para vagas de 2017. Existe um decreto federal que estabelece a necessidade de  
57 Universalização do acesso à educação infantil, por outro lado, existe um decreto, que é o Programa  
58 Nacional de Assistência Estudantil, que prevê o atendimento em creche para alunos em  
59 vulnerabilidade. Diante desse impasse surgiu a necessidade de consulta à PF. O parecer foi dado e  
60 diz que há uma preferência pela reserva de vagas aos estudantes em vulnerabilidade e que as demais  
61 devem ser universalizadas. Portanto esse parecer jurídico justifica a reserva de vagas e usa a  
62 autonomia universitária para criação dos critérios. O parecer está disponível para visualização como  
63 um documento físico, já o regramento ainda está em fase de construção e será levado para  
64 deliberação do Conselho. Nesse sentido, estão havendo conversas com o Grupo de Mães e Pais  
65 Universitários (GMPU) para regulamentação do benefício e posterior elaboração de edital, já que as  
66 vagas são limitadas e não atendem todos os estudantes que desejam, sendo necessários critérios de  
67 desempate. Segundo a decisão entre UAC e GMPU o edital será finalizado até o final da última  
68 chamada do SISU, para garantir que todos os candidatos que tenham filhos e atendam os requisitos,  
69 possam acessar o benefício. Francy complementou que o grande avanço conquistado nesse processo  
70 foi o parecer do Procurador Federal que possibilita a reserva de vagas para estudantes bolsistas do  
71 Programa de Assistência Estudantil, garantindo que crianças que estão sob responsabilidade dos  
72 bolsistas consigam acessar a UAC de maneira diferente de quem acessa através do sorteio previsto  
73 pela Universalização. Reforçou também que a construção de critérios de acesso às vagas reservadas  
74 está sendo realizada em conjunto com o GMPU, e que isso irá gerar uma regulamentação, contendo  
75 as questões das vagas parciais, a possibilidade ou não de vagas integrais, quais os critérios para uso  
76 das vagas parciais e das vagas integrais, critérios de desempate, acompanhamento de permanência  
77 da criança quando o pai perder a condição de bolsista, entre outros. O representante discente, Iberê,  
78 perguntou como se dá o acesso a esse parecer. Francy esclareceu que o parecer está disponível na  
79 ProACE para consulta. Esclareceu também que assim que esse edital estiver regulamentado ele fará  
80 parte do rol de benefícios do Programa de Assistência Estudantil. A UAC já encaminhou a  
81 quantidade de vagas disponíveis, separada por idade e por grupo. Essas vagas serão destinadas  
82 inicialmente aos bolsistas e as vagas não preenchidas, serão em seguida disponibilizadas pela  
83 Universalização. Claudete perguntou se o critério principal para o aluno concorrer as vagas  
84 reservadas será sua condição socioeconômica e se haverá espaço para atender as demandas dos TAs  
85 em situação de vulnerabilidade. Francy esclareceu que apenas os discentes pertencentes ao  
86 Programa de Assistência Estudantil terão acesso a reserva de vagas, é nesse sentido que o parecer  
87 da PF vai, pois o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) prevê como área de  
88 atenção a creche para aluno em situação de vulnerabilidade. Prof. Leonardo prosseguiu com o  
89 informe 1.1.8: Previsão de entrega do ambulatório do campus Lagoa do Sino. Informou que esteve  
90 no campus no meio do ano anterior e relatou ter ficado apreensivo, pois haviam muitas obras a  
91 serem entregues lá, incluindo o ambulatório, porém voltou na semana anterior e constatou que as  
92 obras estavam adiantadas e o ambulatório já estava com laje. Reforçou que a verba para esta obra

93 era uma ementa parlamentar do deputado Ivan Valente que estava parada no ano anterior, mas que  
94 foi feita uma grande força na tentativa de sensibilizar o deputado para o envio da verba, que surtiu  
95 efeito no dia 23 de dezembro quando a verba foi liberada. Segundo o Prof. Leonardo, Silvio (chefe  
96 do SeACE-LS) e Alex (Prefeito Universitário do Campus) informaram que o término da obra está  
97 previsto para o meio do ano. Prof. Leonardo ressaltou que Lagoa do Sino tem assistência médica  
98 longínqua do campus, o que torna alto o risco de acidente devido à quantidade de animais silvestres  
99 da região. Disse que também é importante um trabalho junto à Reitoria, numa tentativa de  
100 sensibilização do Estado e das Prefeituras próximas da região, para que leve uma assistência que  
101 atenda as cidades e a própria universidade, tendo em vista o investimento que a universidade tem  
102 feito na região. É necessário melhorar o atendimento médico ali. O ambulatório servirá como um  
103 paliativo, porém é um passo importante para que o SeACE-LS se transforme em um departamento,  
104 pela questão do espaço e dos atendimentos. O próximo informe, 1.1.9, dizia respeito a apresentação  
105 de normativa de FPACE (Fórum Permanente de Assuntos Comunitários e Estudantis). Prof.  
106 Leonardo informou que em conversa com Djalma, Secretário Geral da SAADE, o qual já tem uma  
107 vasta experiência na condução de fóruns e discussões abertas, foi apresentada por ele a seguinte  
108 normativa: Primeiro se faz uma ampla explanação do assunto a ser tratado, depois se expõe as  
109 problemáticas e passa-se a atuar com pequenos GTs, no qual as atividades são delegadas e  
110 desenvolvidas. A ideia do FPACE é abrir para a participação de toda comunidade universitária. O  
111 primeiro ponto que será abordado é a questão do RU, suas classificações de usuários e os valores e  
112 subsídios, pois um estudo que está sendo realizado sobre três anos de uso do RU demonstra o  
113 volume de dinheiro que está sendo gasto. A discussão será aberta justamente para que não ocorra  
114 nenhum tipo de reajuste arbitrário e injusto. Os dados do RU estão sendo levantados para que se  
115 leve ao fórum e provavelmente na próxima reunião do CoACE consiga passar a agenda pronta para  
116 que se inicie as discussões do FPACE. Prof. Leonardo pediu a inclusão de dois informes. O  
117 primeiro dizia respeito ao parecer da Controladoria Geral da União, que realizou uma auditoria na  
118 ProACE sobre o uso do recurso PNAES. Depois da visita realizada, foi dada uma devolutiva  
119 algumas questões solicitadas e o parecer final. Prof. Leonardo, então, leu aos conselheiros o parecer  
120 da Controladoria: “Por meio do presente trabalho verificou-se que, quanto a execução do Programa  
121 Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, os seguintes aspectos contribuem para o alcance da  
122 missão da unidade. 1 - A UFSCar dispõe de setor responsável e de controles administrativos na  
123 gestão do PNAES. 2 - Atende aos requisitos determinados pelo decreto número 7234/2010. 3 -  
124 Promove a divulgação do Programa nos seus campi. Porém, não realiza a avaliação dos resultados  
125 do Programa. Neste contexto, conclui-se que a Unidade cumpre adequadamente sua missão  
126 institucional, exceto quanto à obrigação de realizar avaliação dos resultados do programa. São  
127 Paulo, 27 de dezembro de 2016.”. Ao emitirem a conclusão, foi levantado questionamento de como  
128 a universidade lidará com a questão da avaliação dos resultados do programa. Francly esclareceu  
129 que o PNAES prevê em um de seus artigos a necessidade do acompanhamento dos resultados do  
130 programa prevendo como principal resultado a democratização ao acesso e como principal  
131 indicador a diplomação no tempo correto. O parecer ressalta a importância do acompanhamento dos  
132 índices de evasão e retenção entre os bolsistas, mas há a ausência de um plano de acompanhamento  
133 desses dados, sendo assim a proposta seria a criação de um setor de acompanhamento pedagógico  
134 dos bolsistas do Programa de Assistência Estudantil, realizando em primeiro momento o  
135 levantamento e análise dos dados. Em resposta à CGU foi passado um levantamento da quantidade  
136 de alunos do Programa que estão retidos de 2012 para trás, com cerca de dezoito por cento (284) do  
137 total de bolsistas ativos (1556) em condição de retenção em todos os campi. A instituição tem uma  
138 grande responsabilidade nisso, já que deixa de oferecer, muitas vezes, o suporte necessário para que  
139 o aluno possa ter suas dificuldades acadêmicas sanadas, logo, o objetivo não é culpabilizar o  
140 estudante, mas sim levantar as necessidades e criar instrumentos institucionais para que essas  
141 dificuldades possam ser minimizadas. Nesse sentido, foi realizado o convite à uma pedagoga da  
142 UAC que já havia expressado desejo de mudar de área para que ela viesse compor a equipe do  
143 Departamento de Serviço Social. Essa transferência está sendo viabilizada, juntamente com um  
144 estudo a respeito de quem ficará em seu antigo cargo. A ideia seria começar por esses alunos em

145 retenção, pois esse é um dos maiores fatores para evasão, fazendo o levantamento e análise da atual  
146 situação dos mesmos em uma abordagem individual, em parceria com as pedagogas da ProGrad que  
147 atuam nos demais campi. Fazendo também o levantamento das atuais necessidades e dos recursos  
148 disponíveis para implementação dessas atividades de suporte acadêmico a esses alunos. Prof.  
149 Leonardo reforçou que este informe tem relação direta com um dos pontos de pauta do dia, que é a  
150 constituição de comissão para estabelecimento de critérios de rendimento acadêmico para os  
151 bolsistas do Programa de Assistência Estudantil. Aberto a palavra para perguntas, Iberê questionou  
152 se o parecer da CGU considerou a questão dos servidores e técnicos que usufruem do RU e também  
153 recebem auxílio alimentação pago pela universidade, pois em teoria o PNAES é apenas para  
154 estudantes, mas existem outras categorias utilizando o RU. Francly respondeu que tanto o RU  
155 quanto a UAC não são mantidos apenas pelo PNAES, essa não é a única fonte de custeio, também  
156 são direcionadas verbas da universidade para essas unidades, portanto, não se pode dizer que as  
157 outras categorias que utilizam o RU, o fazem através do recurso PNAES. Iberê perguntou então se  
158 há um levantamento que quantifique as proporções de recursos e usos. Francly esclareceu que este  
159 levantamento está sendo realizado, não só a respeito do RU, mas em outros serviços da ProACE  
160 também, para categorizar os usuários e a dotação de recursos para verificar se estão distribuídos de  
161 maneira justa. Como último informe, foi registrado a mudança do Departamento de Serviço Social e  
162 da Sessão de Moradia para a parte da frente do prédio da Educação Física. No final do ano anterior  
163 obteve-se conhecimento sobre os laudos que colocavam o antigo prédio ocupado em situação de  
164 risco. Tendo isso em vista, ocorreu uma conversa com o Departamento de Educação Física e  
165 Motricidade Humana, sob a chefia da Profa. Dra. Ana Cláudia, sendo feito um acordo e  
166 disponibilizado a parte da frente do prédio da Educação Física pelo período de três anos. Em  
167 contrapartida foi trocada pela ProACE a lona da parte de trás do prédio da Educação Física  
168 enquanto o prédio do Departamento de Serviço Social e da Sessão de Moradia é reformado. Prof.  
169 Leonardo passou então aos informes das unidades, começando com Lagoa do Sino. No último  
170 CoACE, houve o caso do discente T. B. N. indeferido no processo de Renovação de Bolsas do  
171 Programa de Assistência Estudantil no campus Lagoa do Sino devido a acusações de o mesmo  
172 possuir um carro. Foi agendada uma visita aos pais do aluno para segunda-feira, portanto, isso  
173 voltará como ponto de pauta da próxima reunião, quando estiver concluído o relatório sobre o caso.  
174 Prosseguindo com os informes dos membros foi apresentado pela representante discente Bruna  
175 Quinsan Camargo o caso do aluno Evandro, indeferido no Programa de Assistência Estudantil.  
176 Dada a palavra ao aluno, o mesmo explicou que pelo fato de ter entrado com o pedido fora do  
177 calendário foi indeferido e que durante os primeiros seis meses foi vivendo de recursos próprios de  
178 sua poupança, mas que desde dezembro tem dormido na SIn por falta de recursos. A chefe do  
179 Departamento do Serviço Social, Sra. Cristiane Cinat, esclareceu que o aluno em questão ingressou  
180 pelo SISU em 2016, grupo 2. O aluno foi deferido para a vaga na universidade, mas indeferido para  
181 a bolsa pelo fato de sua renda per capita está acima do permitido pelo Programa. Na época o mesmo  
182 cumpriu com todas as instâncias recursivas. Após um período o aluno voltou a procurar pelo  
183 Serviço Social informando que conseguiu se manter durante um certo tempo sem a bolsa, pois  
184 possuía um recurso próprio que tinha guardado, mas que com o fim desse recurso solicitava que  
185 uma nova avaliação de sua situação socioeconômica fosse feita. A documentação do aluno foi  
186 resgatada, sendo realizada uma atualização de dados, o relatório foi então encaminhado à ProACE e  
187 nesse sentido foi informado ao aluno que o processo estava sendo realizada fora de um cronograma.  
188 Juntamente com sua manifestação chegou à ProACE a solicitação de agendamento de uma reunião  
189 para tratar sobre o assunto do professor do curso de letras. Essa reunião está agendada e a questão  
190 está sendo discutida. Francly reforçou que este caso será analisado pela ProACE e pediu para que o  
191 aluno procure pela ProACE a partir da próxima semana. Seguindo com os informes dos membros o  
192 Secretário da SAADE, Sr. Djalma, pediu a palavra e informou que a reforma do RU estava  
193 obstruindo a passagem de pessoas e estava sem sinalização, o que representa um risco aos usuários  
194 do RU, principalmente aos deficientes. O mesmo informou que já foi feito contato com a Prefeitura  
195 Universitária que irá fazer a sinalização. Djalma também informou que foi divulgado na semana  
196 passada um mapa de apoio à violência de gênero, trabalho realizado pela SAADE em conjunto com

197 a CPAD, Ouvidoria e APG. Esse mapa ficará em constante atualização e se expandirá, dos *campi*  
198 Sorocaba e São Carlos, para Araras e Lagoa do Sino. Informou também que a SAADE trabalhou  
199 unida à ProACE por meio de um projeto de Bolsa-Atividade no ano anterior e o resultado desse  
200 trabalho será divulgado provavelmente na segunda reunião do conselho. Nesse trabalho foi feito um  
201 levantamento por meio de palavras chaves relacionadas as temáticas trabalhadas pela Secretaria,  
202 como questões de gênero, raciais e de pessoas com deficiência. Passando para a Ordem do Dia,  
203 Prof. Leonardo pôs em votação a ata da 26ª Reunião do CoACE. Aberto para observações, Profa.  
204 Dra. Cássia relatou que ficou um pouco confusa com a ata com sua estruturação e o fato de a  
205 mesma não apresentar os nomes dos presentes na reunião. Luana, secretária da ProACE, esclareceu  
206 que a ata é feita baseada no áudio gravado da reunião com todos os pontos que são discutidos e  
207 votados e que, com relação aos presentes, há uma lista de presença que todos assinam no início da  
208 reunião e que fica anexa à ata no arquivo físico da ProACE. Prof. Leonardo pediu para que a  
209 professora enviasse sugestões para ProACE. Dito isso, Prof. Leonardo realizou a votação e a ata foi  
210 aprovada com 3 abstenções. No ponto 2.2 foi tratado sobre o calendário de Reuniões do CoACE.  
211 Profa. Dulce perguntou se foram checadas se as reuniões do CoG não coincidem com o calendário  
212 apresentado. Prof. Leonardo respondeu que foi feita a verificação e que as datas não coincidem.  
213 Djalma informou que na primeira proposta está prevista uma reunião para o dia 20 de novembro,  
214 que é feriado em Sorocaba e em Araras, devido ao Dia da Consciência Negra. Claudete se  
215 manifestou a favor de manter as reuniões às terças-feiras, pois participa de outros Conselhos. A  
216 votação encerrou-se mantendo as reuniões as terças-feiras, com 2 votos contrários e 2 abstenções.  
217 Seguindo a ordem do dia, foi apresentado o Relatório do processo de renovação de bolsas do  
218 Programa de Assistência Estudantil de 2016 para 2017 pela Chefe do Departamento de Serviço  
219 Social que contextualizou o processo de renovação dizendo que as bolsas do Programa de  
220 Assistência Estudantil são normatizadas por uma resolução do CoACE, a mesma prevê que as  
221 bolsas tenham validade de um ano, sendo de responsabilidade do estudante renovar seus benefícios.  
222 Por conta disso o DeSS operacionaliza a renovação através de editais que são divulgados no mês de  
223 agosto. Em agosto de 2016 o edital foi proposto para renovação para 2017, sendo previsto que a  
224 manifestação devia ser feita através do preenchimento de formulário de interesse podendo esse ser  
225 entregue pessoalmente, por e-mail, na CAAPE e por meio de procuração não formal. Dentro desse  
226 processo houveram estudantes que não renovaram a bolsa e que registraram posteriormente de  
227 maneira informal no balcão do DeSS que teriam interesse em continuar com o benefício. O número  
228 de bolsistas ativos em 2016 era de 1447, desses 1230 renovaram e 217 não renovaram, sendo que  
229 entre esses aproximadamente 70 são candidatos a formatura, cancelamento ou mobilidade  
230 acadêmica. O relatório propõe então duas soluções. A primeira é manter o processo executado  
231 respeitando-se os prazos e procedimentos normatizados com o desligamento das bolsas no final do  
232 segundo semestre de 2016, de acordo com o previsto em edital. A segunda é abrir um novo prazo  
233 para inscrição com vista a atender estudantes que não o fizeram em período regular, em caráter de  
234 excepcionalidade e descumprimento do edital considerando os pedidos de novo prazo para  
235 renovação de bolsas anotados no DeSS. Iberê perguntou se dentre os 217 alunos que não renovaram  
236 estão inclusos os que manifestaram interesse após o cronograma e Cristiane respondeu que essas  
237 procuras não foram registradas, que elas foram dadas em caráter de informação, o DeSS segue o  
238 prazo do Edital e esses casos que fogem à regra foram trazidos para o CoACE deliberar. Francy  
239 perguntou se existiu nos anos anteriores a possibilidade de abertura de nova data de inscrição, fora  
240 do prazo proposto pelo edital. Cristiane disse que durante os 3 anos que está na UFSCar isso nunca  
241 ocorreu. Claudete pediu para que Cristiane repetisse as duas opções e ela o fez. Claudete perguntou  
242 se foi considerada a questão orçamentária das bolsas. Francy respondeu que a UFSCar entende que  
243 todo e qualquer bolsista que apresente o perfil socioeconômico para ingresso no Programa de  
244 Assistência Estudantil será atendido, não limitando o número de bolsas. Profa. Cássia perguntou se  
245 quando o aluno chega ele tem que esperar até agosto. Cristiane respondeu que o ingresso no  
246 programa é no início do ano e que em agosto ocorre a manifestação de interesse na renovação da  
247 bolsa. Prof. Cássia perguntou então porque não há um processo de busca ativa das razões que levam  
248 os alunos a não manifestarem o interesse, um registro formal, para que haja clareza do que levou os

249 alunos a não se inscreverem. Francy esclareceu que ao receber qualquer auxílio social, por ser um  
250 investimento público e dinheiro coletivo, existem algumas contrapartidas que o beneficiário deve  
251 fazer, dentre participar do processo de inscrição e renovação das bolsas, a obrigatoriedade de  
252 manifestação é do interessado, não cabe ao Serviço Social buscar ativamente, ele pode fazer um  
253 processo de escuta e entendimento, mas entende-se que a responsabilidade é do beneficiário. Existe  
254 uma Edital que regulamenta amplamente divulgado. Ao inscrever-se no Programa o aluno assina  
255 um termo onde consta a necessidade de renovação anual. Profa. Cássia perguntou então se a  
256 possibilidade de flexibilização do edital seria frente a justificativas formais feitas pelos alunos. Prof.  
257 Leonardo respondeu que não, que houveram apenas solicitações e que essas foram informais.  
258 Também reforçou que tendo em vista que há um edital, o mesmo deveria ser cumprido. A única  
259 motivação que justifica tal proposição é o fato de que em agosto a universidade passou por um  
260 período de greve. Iberê disse que a permanência estudantil é uma política pública que tem o  
261 princípio de combater a desigualdade social e por isso é necessário se atentar a natureza do  
262 programa antes de se prender a burocracia do edital, embora o mesmo seja importante. Disse  
263 também, que como há a necessidade de avaliação de resultados, positivos ou negativos, ao final do  
264 programa, e há um número persistente de alunos que perdem as bolsas por diversos motivos todos  
265 os anos, deveria haver um modo de mapeamento dos motivos que levam a esse número, para que se  
266 pense em uma solução para reduzi-lo. Francy ressaltou a importância do mapeamento, mas relata  
267 que sua principal preocupação é desacreditar um instrumento regulamentador. Bruna deu a palavra  
268 à Tarlei, do curso de imagem e som, que relatou seu caso dizendo que perdeu o prazo por uma  
269 confusão de horários, já que o local trabalha em horários diferentes ao longo da semana, e que foi  
270 no dia seguinte, após o término do prazo, mas já não foi permitida sua participação no processo. O  
271 aluno também relatou que manteve um bom desempenho na universidade ao longo dos dois anos de  
272 curso. Claudete deu então a voz ao servidor Aron que reforçou a necessidade do levantamento dos  
273 motivos pelos quais os alunos não renovaram dentro do prazo do edital, relatando o caso de um  
274 outro aluno (não identificado) que por questões familiares e de estágio e tendo em vista o período  
275 de greve, perdeu o prazo de renovação e caso perca a bolsa poderá ficar sem moradia, gerando  
276 uma nova preocupação à universidade, devido a probabilidade de evasão. O mesmo pediu para que  
277 fosse levado em consideração ao período de greve que ocorreu, primeiramente dos discentes e  
278 posteriormente dos TAs. Profa. Cássia retomou a palavra reafirmando que a questão burocrática é  
279 muito importante e não deve ser desqualificada, mas o fato de o aluno ter a responsabilidade de  
280 renovar o termo não significa que a instituição não possa pensar em caminhos que tendam a facilitar  
281 o processo, como permitir que o formulário fosse enviado por e-mail, sendo interessante que seja  
282 feito o contato com todos os alunos cadastrados, além de enviar um e-mail questionando o porquê  
283 da não renovação, o que permite aos conselheiros uma maior clareza da situação. Prof. Leonardo  
284 esclareceu que o termo pode sim ser enviado por e-mail e que todos os alunos são avisados da  
285 necessidade da renovação. Profa. Cassia concluiu que em situação de greve institucional, deve-se  
286 rever esse tipo de questão, pois a greve causa empecilhos a todos. Profa. Dulce relatou ficar  
287 extremamente tocada com casos os citados, mas entende que o edital é necessário e os alunos  
288 devem ter responsabilidade, pois os mesmos não são coitados. Cristiane esclareceu que em relação  
289 ao número de alunos que não renovaram, se não considerar os alunos que irão se formar, restam 135  
290 alunos que não renovaram, sendo que desses, 42 demonstraram interesse após o prazo. Além disso  
291 esclareceu que o edital é divulgado via inforede, mala direta no e-mail dos bolsistas, através de  
292 cartazes colados nas moradias internas, no RU e nos departamentos. Em relação aos estudantes que  
293 estavam em mobilidade acadêmica e estudantes que estavam impossibilitados de comparecer por  
294 motivos médicos, segundo Cristiane, poderiam enviar por e-mail, e com atestado comprovando  
295 motivações de saúde, o prazo foi flexibilizado a qualquer tempo da manifestação. Prof. Luiz  
296 Bezerra questionou se a greve dos TAs ocorreu no mesmo período do edital ressaltando que os  
297 alunos devem ser responsáveis pelo acompanhamento do mesmo e cumprimento das datas.  
298 Cristiane respondeu que não, porém a greve dos alunos estava ocorrendo. Prof. Leonardo esclareceu  
299 que o primeiro período letivo de 2016 terminou em 17 de setembro de 2016. Prof. Luiz concluiu  
300 que há uma excepcionalidade devido à greve e que mesmo apesar de não concordar com a

301 reabertura de editais, acredita que nesse caso seria o mais correto. O representante discente Carlos  
302 reforçou que considera grande o número de alunos que relataram interesse posteriormente ao prazo,  
303 levando a crer que houve algo em comum que levou tantos alunos a perderem o prazo. Ocimar,  
304 representante T.A. registrou que dá voz aos 1230 alunos que seguiram o edital. Bruna relatou não  
305 entender em que serão penalizados esses 1230 alunos se o prazo for prorrogado para os alunos que  
306 perderam o prazo. Francly fez um adendo de que partiu do Departamento de Serviço Social e da Pró-  
307 Reitoria a elaboração dos resultados e propositura da abertura da discussão. Bruna ressaltou que  
308 essa iniciativa foi tomada a partir do pedido anterior dos alunos. Profa. Dulce propôs que essa  
309 excepcionalidade fosse votada, em virtude da greve, deixando bem explícito que esse tipo de  
310 votação não deveria mais a ocorrer. Prof. Leonardo colocou-se em igualdade com a opinião da  
311 Profª. Dulce e informou que só colocou a questão da prorrogação edital devido à greve. Francly  
312 deixou registrado a impossibilidade de flexibilização do prazo de editais em casos que não forem  
313 excepcionais. A votação da matéria foi aberta e concluiu-se que será feita,  
314 extraordinariamente, a prorrogação do prazo do processo de renovação, com dois votos contrários.  
315 Profa. Dulce reforçou sua posição colocando que a expansão dos prazos de editais não deveriam  
316 mais serem pautados nas reuniões do Conselho. Prof. Leonardo concluiu então que, a menos em  
317 casos de excepcionalidade, não haverá extensão de prazos previstos em edital. Profa. Cássia  
318 parabenizou a Pró-Reitoria pela abertura, no ponto de pauta, de um debate necessário. Cristiane  
319 Cinat perguntou se a decisão a respeito deste edital amplia-se a todos os campi e obteve como  
320 resposta que sim. O discente Iberê pontuou que os editais são feitos para serem cumpridos, sendo  
321 qualquer extensão já uma excepcionalidade e que deixar essa decisão no âmbito da Pró-Reitoria vai  
322 contra os princípios que a mesma vem demonstrando. A ProACE se comprometeu a mapear ao final  
323 deste processo os motivos alegados pelas pessoas que não fizeram a renovação dentro do prazo.  
324 Francly concluiu que é importante que haja o debate mesmo que os pontos de vistas não sejam os  
325 mesmos, pois isso é democracia, ressaltando que em ambientes de unanimidade não há crescimento.  
326 Francly também parabenizou a todos pela ativa participação. Prof. Leonardo prosseguiu com a  
327 ordem do dia com o ponto 2.4: Constituição de comissão para o estabelecimento de critérios de  
328 rendimento acadêmico para os bolsistas do programa de assistência estudantil. Como já havia sido  
329 citado, esse ponto relaciona-se diretamente com o informe sobre a auditoria realizada pela  
330 Controlaria Geral da União sobre o uso do recurso PNAES e a necessidade do estabelecimento de  
331 critérios para acompanhamento dos resultados do programa. Um dos critérios, que se encontram  
332 dentro do programa de assistência estudantil, se refere a um rendimento mínimo que o estudante  
333 deve ter. Este rendimento está fixado dentro dos editais, sendo geralmente de vinte créditos, de  
334 maneira indiferente para cada curso. Contudo, sabe-se que cada curso e inclusive campus tem suas  
335 especificidades, portanto trata-se de um critério raso, que não é suficiente, o que torna necessário, a  
336 partir de um acompanhamento pedagógico, o entendimento de como se pode estabelecer um critério  
337 de rendimento mínimo. Para isso será necessário o apoio da pedagoga que está em processo de  
338 transferência da UAC para o DeSS, de um profissional da assistência estudantil e de um pedagogo  
339 para realizar o acompanhamento destes casos em cada campus que serão indicados pela ProGrad.  
340 Francly ressaltou que é importante haver também representação de um discente e um docente para  
341 ajudar a estabelecer critérios justos e que façam sentido, pois a universidade tem alunos com  
342 diversas experiências e o objetivo do programa é oferecer suporte para que o aluno possa se  
343 diplomar. Ela ainda disse que se não há nada estruturado nesse sentido, o aluno não saberá como e  
344 onde encontrar apoio. Pensando nisso, a ProACE realizará uma ampla discussão para desenvolver  
345 critérios e instrumentos para cumprir os requisitos solicitados, criando uma comissão, no âmbito do  
346 CoACE. Bruna se candidatou a representante discente e Profa. Cássia se candidatou como  
347 representante docente. Profa. Cássia também propôs que fosse enviado um ofício aos conselhos de  
348 curso perguntando se esses têm alguma sugestão relacionada a experiência que têm em relação aos  
349 alunos bolsistas, dizendo qual a necessidade de créditos de cada curso. O serviço social declarou  
350 intenção de participar, indicando posteriormente o nome da assistente social para compor a  
351 comissão. Não havendo mais nenhuma candidatura, Francly sugeriu como representante TA a  
352 pedagoga Maria José. Djalma ressaltou a importância de não se focar apenas na graduação, pois a

353 universidade é formada por um tripé (ensino, pesquisa e extensão) e o aluno cresce e gera  
354 desempenho nestas três áreas. A SAADE se declarou aberta a possibilidade de participação. Foi  
355 então realizada a votação das candidaturas da discente Bruna e Profa. Cássia sendo aprovadas por  
356 unanimidade. O representante discente, Carlos, perguntou se o rendimento mínimo criado irá passar  
357 pelo aval do CoACE e recebeu como resposta que sim. Profa. Cássia assumiu a presidência da  
358 comissão. Francy agradeceu a Profa. Cássia e Bruna pela participação em um trabalho tão  
359 importante e que irá beneficiar a todos. Prof. Leonardo abriu o último ponto de pauta: Criação de  
360 grupo de trabalho para normativa do uso da piscina. Sobre esse ponto, ele afirmou que, embora a  
361 piscina já esteja com água, está sem bomba de filtragem, sem técnico e sem salva-vidas e porteiro.  
362 No momento está sendo utilizada apenas uma bomba externa para filtragem, porém essa solução é  
363 temporária. Além disso, existe a questão do contrato de tratamento da água, onde estava descrito  
364 que é de responsabilidade da ProACE comprar os equipamentos de tratamento e essa é uma tarefa  
365 muito complexa, portanto, está sendo feita a revisão do contrato. Paralelo a isso há a falta de uma  
366 normativa do uso da piscina, o que justifica o ponto de pauta. Alesandro, chefe do DeEsp, foi  
367 indicado para participar do grupo de trabalho, sendo necessária também a indicação de  
368 representação de um técnico-administrativo, docente e discente. Ocorreu uma breve discussão sobre  
369 a necessidade do docente ser do setor da educação física ou que faça uso da piscina. Também houve  
370 o questionamento se o aluno a compor esse grupo de trabalho precisaria ser representante discente  
371 do CoACE, pois existem diversos grupos de alunos que são mais ligados a piscina. Francy disse que  
372 os representantes discentes poderiam indicar o nome que julgarem adequado para compor o grupo  
373 de trabalho, assim como o docente e o T.A., cada qual indicado pelos representantes do Conselho de  
374 sua categoria. Ficou estabelecido como prazo o dia 31 de janeiro para envio dos nomes que irão o  
375 grupo de trabalho. A constituição do Grupo de Trabalho foi aprovada por unanimidade. Assim, a  
376 reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, LUANA  
377 DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será  
378 assinada pelos membros presentes.  
379

380 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_  
381

382 Sr<sup>a</sup>. Francy Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_